DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Classificado como Sensível

CLINIPAM

Grupo NotreDame Intermédica

ANS nº 340782

Demonstrações Financeiras Individuais

Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.

31 de dezembro de 2022
com relatório do auditor independente

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511
Classificado como Sensível

Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....3

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais 4
Demonstrações dos resultados 6
Demonstrações dos resultados abrangentes 7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto.....9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais 10

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Notas	31 de dezembro de 2022	2021
Ativo			
Circulante		**238.758.135,79**	**210.854.419,88**
Disponível	8	6.318.259,68	12.624.606,20
Realizável		**232.439.876,11**	**198.229.824,71**
Aplicações financeiras	9	**119.101.036,17**	**96.429.370,94**
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		118.850.901,31	96.429.370,94
Aplicações livres		250.134,86	-
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	10	**61.368.947,45**	**57.734.958,71**
Contraprestações pecuniárias a receber		49.581.262,85	51.896.827,65
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		5.109.423,04	3.807.262,65
Operadoras de planos de assistência à saúde		6.678.261,56	2.030.868,41
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	10	9.664.099,88	5.687,25
Despesas diferidas	11	14.748.867,44	5.598.683,91
Créditos tributários e previdenciários	12	12.047.051,04	813.110,05
Bens e títulos a receber	13	15.492.861,31	37.641.370,70
Despesas antecipadas		17.012,82	6.632,12
Não circulante		**3.484.079.791,35**	**687.645.840,14**
Realizável a longo prazo		**429.692.850,38**	**155.008.194,24**
Aplicações financeiras		**148.960.828,81**	**-**
Aplicações livres	9	148.960.828,81	-
Titulos e créditos a receber		896.574,41	975,62
Despesas de comercialização diferidas	11	17.626.532,38	8.396.116,75
Ativo fiscal diferido	14	91.373.735,48	41.269.276,88
Depósitos judiciais e fiscais	15	111.432.173,92	79.109.127,46
Outros créditos a receber a longo prazo	16	59.403.005,38	26.232.697,53

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Investimentos	17	**391.800.828,81**	**358.423.190,03**
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		**391.800.828,81**	**358.189.602,02**
Participações societárias - Operadora de planos de assistência à saúde		-	(34.708,75)
Participações societárias em rede assistencial		311.672.147,09	289.624.157,20
Participações em outras sociedades		80.128.681,72	68.600.153,57
Outros investimentos		-	233.588,01
Imobilizado	18	**119.743.242,26**	**35.180.516,99**
Imóveis de uso próprio		**55.861.741,55**	**1.899.979,69**
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		13.822.778,51	1.851.561,63
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		42.038.963,04	48.418,06
Imobilizado de uso próprio		**36.413.518,77**	**20.971.638,31**
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		29.688.633,26	18.229.691,37
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		6.724.885,51	2.741.946,94
Imobilizações em curso		7.431.664,85	9.965.186,77
Outras imobilizações		12.279.120,24	2.343.712,22
Arrendamento - Hospitalares / Odontológicos		7.161.022,17	-
Arrendamento - Não Hospitalares / Odontológicos		596.174,68	-
Intangível	19	2.542.842.869,90	139.033.938,89
Total do ativo		**3.722.837.927,14**	**898.500.260,02**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DS DS DS

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Notas	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo			
Circulante		**213.363.501,01**	**203.726.884,77**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	20	**139.608.201,88**	**127.086.042,55**
Provisão de contraprestações		**21.476.687,25**	**19.811.282,44**
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		21.297.931,14	19.727.531,42
Provisão para remissão		178.756,11	83.751,02
Provisão de eventos liquidar para SUS		8.139.676,17	9.322.778,64
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		60.472.270,37	58.807.067,79
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		49.519.568,09	39.144.913,68
Débitos de operações de assistência à saúde		**1.529.833,07**	**2.089.591,66**
Contraprestações / prêmios a restituir		319.526,53	-
Receita antecipada de contraprestações / prêmios		655.156,59	634.451,96
Comercialização sobre operações		555.149,95	1.455.139,70
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora		3.066.551,89	-
Provisões		**-**	**4.172.084,82**
Provisões para imposto de renda e contribuição social		-	4.172.084,82
Tributos e encargos sociais a recolher	21	9.467.793,76	7.789.077,87
Empréstimos e financiamentos a pagar	24	-	121.551,17
Débitos diversos	22	59.691.120,41	62.468.536,70

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Não circulante		**443.333.831,17**	**171.702.382,30**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	20	**56.547.399,08**	**47.381.975,41**
Provisão para remissão		5.709,00	11.989,96
Provisão de eventos a liquidar para SUS		56.541.690,08	47.369.985,45
Provisões		**139.740.553,64**	**49.525.951,87**
Provisões para tributos diferidos	14	52.650.151,97	717.725,68
Provisões para ações judiciais	23	87.090.401,67	48.808.226,19
Parcelamento de tributos e contribuições	21	2.518.306,56	878.292,31
Débitos diversos	22	244.527.571,89	74.010.660,49
Patrimônio líquido	26	**3.066.140.594,96**	**522.976.495,17**
Capital social		3.501.856.389,15	393.225.167,00
Adiatamento Futuro Aumento de Capital		16.300.000,00	-
Reservas:		**-**	**127.470.955,37**
Reservas de lucros		-	127.470.955,37
Ajustes de Avaliação Patrimonial		2.280.372,80	2.280.372,80
Lucros (prejuízos) Acumulados		(454.296.166,99)	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.722.837.927,14**	**898.500.260,02**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Notas	31dedezembrode	
		2022	2021
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		**1.034.702.913,92**	**1.007.871.569,26**
Receitas com operações de assistência à saúde		**1.069.681.232,59**	**1.043.112.708,32**
Contraprestações líquidas	27	1.069.769.956,72	1.011.933.264,74
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(88.724,13)	31.179.443,58
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora		(34.978.318,67)	(35.241.139,06)
Eventos indenizáveis líquidos	28	**(797.642.989,56)**	**(751.426.047,43)**
Eventos conhecidos ou avisados		(787.268.335,15)	(746.277.225,70)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		(10.374.654,41)	(5.148.821,73)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**237.059.924,36**	**256.445.521,83**
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		9.127.055,23	4.767.861,24
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora		**38.782.195,50**	**907.479,60**
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		37.514.519,40	233.429,23
Outras receitas operacionais		1.267.676,10	674.050,37
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(2.118.383,35)	(8.314,40)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde		**(107.456.152,27)**	**(23.926.353,44)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	29	(103.019.197,73)	(18.828.940,63)
Provisão para perdas sobre créditos		(4.436.954,54)	(5.097.412,81)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com	30	(65.165.619,77)	(46.504.303,93)
Resultado bruto		**110.229.019,70**	**191.681.890,90**
Despesas de comercialização	31	(21.560.091,77)	(29.463.208,26)
Despesas administrativas	32	(92.392.385,31)	(81.332.891,30)
Resultado financeiro líquido	33	**1.995.152,73**	**(7.238.204,80)**
Receitas financeiras		37.287.972,03	12.768.147,46
Despesas financeiras		(35.292.819,30)	(20.006.352,26)
Resultado patrimonial		**(33.102.862,48)**	**(12.972.556,60)**
Receita patrimonial		11.551.746,74	23.168.852,91
Despesa patrimonial		(44.654.609,22)	(36.141.409,51)
Resultado antes dos impostos e participações		**(34.831.167,13)**	**60.675.029,94**
Imposto de renda	14	-	(19.005.013,34)
Contribuição social	14	-	(6.850.444,80)
Impostos diferidos	14	(3.731.610,65)	8.147.563,16
Resultado líquido do exercício		**(38.562.777,78)**	**42.967.134,96**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	31 de dezembro de	
	2022	**2021**
Resultado líquido do exercício	(38.562.777,78)	42.967.134,96
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(38.562.777,78)**	**42.967.134,96**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros(Prejuízos acumulados)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**211.625.167,00**	**-**	**80.785.109,58**	**2.280.372,80**	**0,00**	**294.690.649,38**
Aumento de capital		181.600.000,00		-	-	-	**181.600.000,00**
Ajustes na combinação de negócios		-	-	-	-	3.718.710,83	**3.718.710,83**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	42.967.134,96	**42.967.134,96**
Retenção do lucro		-	-	46.685.845,79	-	(46.685.845,79)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**393.225.167,00**	**-**	**127.470.955,37**	**2.280.372,80**	**0,00**	**522.976.495,17**
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	16.300.000,00	-	-	-	**16.300.000,00**
Aumento de capital		54.500.000,00	-	-	-	-	**54.500.000,00**
Aumento de capital por incorporação HIJ		3.054.131.222,15	-	-	-	-	**3.054.131.222,15**
Lucro/Prejuízo líquido do exercício						(38.562.777,78)	**(38.562.777,78)**
Lucro/Prejuízo líquido acumulados	26	-	-	-	-	(530.732.959,93)	**(530.732.959,93)**
Absorção Lucro/Prejuízo HIJ		-	-	-	-	(11.910.699,79)	**(11.910.699,79)**
Retenção do lucro do exercício		-	-	(127.470.955,37)	-	127.470.955,37	**-**
Eliminação constituição de reserva sob arrendamento 2020/2021		-	-	-	-	(560.684,86)	**(560.684,86)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**3.501.856.389,15**	**16.300.000,00**	**-**	**2.280.372,80**	**(454.296.166,99)**	**3.066.140.594,96**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Demonstrações dos fluxos de caixa - (método direto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	31 de dezembro de 2021 Reclassificado
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de plano de saúde	1.026.408.462,97	998.126.356,03
Resgates de aplicações financeiras	382.921.634,55	978.656.070,49
Recebimento de juros de aplicações financeiras	27.500.752,10	7.293.259,30
Outros recebimentos operacionais	51.034.005,69	37.289.867,08
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(713.676.007,95)	(700.357.204,64)
Pagamento de comissões	(40.840.680,68)	(34.185.528,49)
Pagamento de pessoal	(113.518.480,22)	(90.797.692,81)
Pagamento de serviços de terceiros	(50.490.417,72)	(39.760.553,38)
Pagamento de tributos	(66.730.327,32)	(89.330.716,49)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(26.800.581,40)	(2.249.150,80)
Pagamento de aluguel	(10.424.553,73)	(10.610.437,85)
Pagamento de promoção/publicidade	(3.382.218,80)	(3.179.551,45)
Aplicações financeiras	(412.389.989,38)	(982.861.290,97)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**49.611.598,11**	**68.033.426,02**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento de venda de ativo imobilizado - outros	160.689,51	46.500,00
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(53.849.310,33)	(15.923.105,43)
Pagamentos relativos ao ativo intangível	(28.119.307,51)	(46.899.585,82)
Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	74.800.000,00	181.600.000,00
Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	(48.643.552,03)	(207.137.467,20)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(55.651.480,36)**	**(88.313.658,45)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		

Rua XV de Novembro, 575 - 4º andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	-	12.500.000,00
Pagamento de Financiamento	(121.551,17)	(909.544,36)
Pagamento de juros – empréstimos / financiamentos/leasing	(144.913,10)	(298.134,09)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(266.464,27)**	**11.292.321,55**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(6.306.346,52)**	**(8.987.910,88)**
CAIXA - Saldo inicial	12.624.606,20	21.612.517,08
CAIXA - Saldo final	6.318.259,68	12.624.606,20
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(6.306.346,52)**	**(8.987.910,88)**
Ativos livres no início do exercício	12.624.606,20	21.612.517,08
Ativos livres no final do exercício	155.529.223,35	12.624.606,20
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	**142.904.617,15**	**(8.987.910,88)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

1. Contexto operacional

A **Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.** (“Operadora”), empresa controlada pela BCBF Participações S/A.; com sede na Rua XV de Novembro, nº 575, 4º e 5º andares, Bairro Centro, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80020-310, tem como objeto social a exploração no ramo de: Operadora de Plano de Saúde, Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgência, Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, Atividade médica ambulatorial restrita a consultas, Serviço de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia e Serviço de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética, Serviço de Diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos, Laboratório de análises Clinicas, Posto de coleta para exames laboratoriais e Transporte de materiais biológicos.

A Operadora é controladora direta das empresas Gralha Azul Administração e Participações Ltda., Hospital do Coração de Balneário Camboriú Ltda., Hospital Maternidade Santa Brígida S.A. e Hospital do Coração de Londrina Ltda., que são entidades de capital fechado, não reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e têm por objeto social a prestação de serviços hospitalares destinados a tratamentos médico-cirúrgicos em geral, odontológico e atividades afins, conexas e correlatas.

2. Outros assuntos

2.1 Efeitos do coronavírus (COVID-19)

Com o avanço dos programas de vacinação da população mundial e maior controle sobre a pandemia, os efeitos da COVID-19 reduziram drasticamente, sendo possível observar a diminuição e, em determinados casos, a extinção das medidas de isolamento social.

A economia brasileira apresentou uma melhora na atividade econômica, bem como a adaptação dos consumidores às novas condições sociais, resultou em um melhor desempenho do consumo e serviços. Como resultado, a economia local vem retornando aos níveis de pré-pandemia, com a imunização de grande parte da população, ainda que se observem incertezas decorrentes do surgimento de novas variantes do coronavírus.

Desde o início da pandemia, a Operadora tem se comprometido em assegurar a seus beneficiários acesso à saúde de qualidade mesmo diante do cenário desafiador. A Operadora permanece vigilante, monitorando os possíveis impactos de eventuais novas variantes do COVID-19 em seu negócio e atuando proativamente para garantir o atendimento aos beneficiários e contribuir com a sociedade.

Não foram identificados no período atual, idem a períodos anteriores, desde o início da pandemia, quaisquer riscos de créditos e insuficiências de perdas esperadas sobre créditos, ou ainda, riscos de liquidez e geração de caixa da Operadora.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

2.2 Impactos relacionados à invasão russa na Ucrânia

A invasão russa na Ucrânia, juntamente com a imposição de sanções internacionais, tem um impacto econômico generalizado. Os negócios no Brasil podem ser severamente impactados pela interrupção da cadeia de suprimentos, volatilidade do mercado, risco de pagamento e aumento dos custos de commodities resultantes da invasão. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia.

A Administração da Operadora está acompanhando potenciais impactos, porém até a data da emissão das demonstrações financeiras individuais, não foram identificados ajustes materiais a serem divulgados.

2.3 Riscos atrelados as mudanças climáticas

A Operadora promove um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Operadora trabalha para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Operadora incluem cobertura para eventos extremos.

Adicionalmente, foi realizado um estudo piloto para avaliação da relação entre aquecimento global e as demandas por serviços de saúde. A iniciativa envolveu a análise das admissões hospitalares por doenças cardiovasculares (DCV) no Hospital Bosque da Saúde, localizado na cidade de São Paulo (SP). O objetivo foi investigar o aumento da demanda por internações em relação ao risco de ondas de calor no futuro.

Além disso, o aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Operadora.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

3. Reestruturação societária

A Operadora por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão por meio de aquisições e reestruturação societária, com o objetivo de racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional, realizou o seguinte evento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

(i) Incorporação do Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda

Em 2º de maio de 2022, foi deliberada e aprovada pelos sócios/quotistas das sociedades envolvidas, a incorporação da empresa Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda., pela Operadora nos termos do protocolo e justificação da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

	Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda. (iii)
Ativo	3.264.804.856,39
Passivo	210.673.634,24
Acervo líquido incorporado	**3.054.131.222,15**

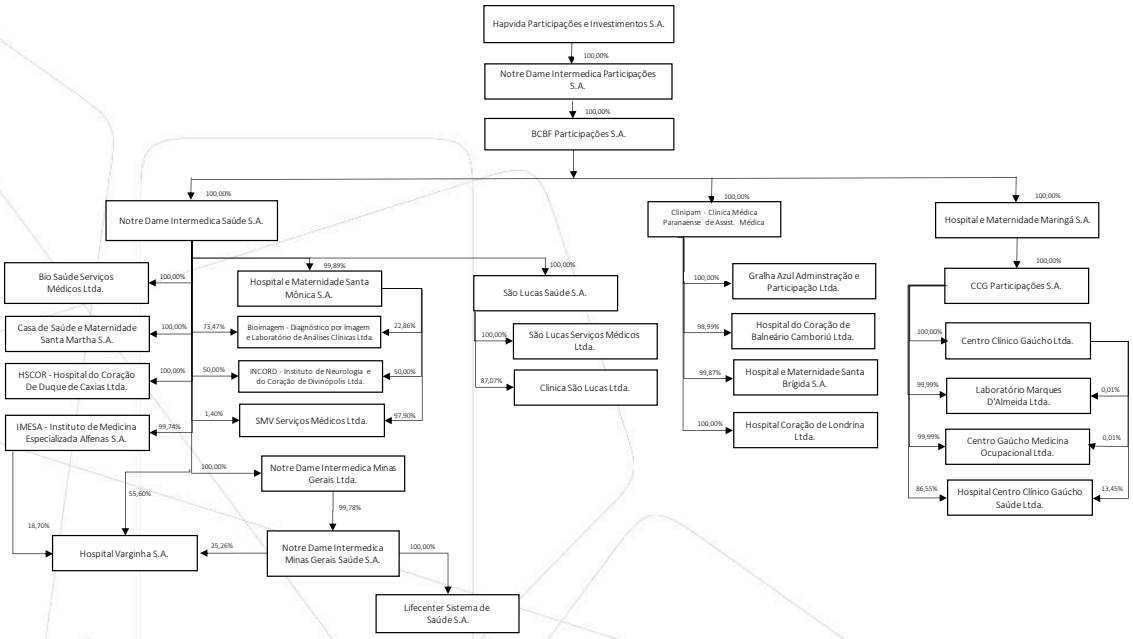
4. Estruturação societária

A Operadora encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com a seguinte estrutura societária:

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Organograma societário em 31 de dezembro de 2022



5. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa (RN) nº 528, de 29 de abril de 2022.

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

De acordo com o item 4 (a) do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a Administração optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas desta Operadora por entender que todos os requerimentos da norma, que inclui a disponibilização das demonstrações financeiras consolidadas do acionista controlador indireto Hapvida Participações e Investimentos S.A., entidade domiciliada no Brasil, que foram divulgadas de acordo com as normas brasileiras de relatório financeiro.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado; e
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Operadora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.b.

As demonstrações financeiras individuais apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior e foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 17 de fevereiro de 2023.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 10 – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.

- Nota Explicativa nº 14 – Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.

- Nota explicativa no 18 – Direito de uso e passivo de arrendamento: arrendamento a pagar –

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

A Empresa e suas controladas não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

- Nota explicativa nº 19 - Intangível. Teste de eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UCGs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções

- Nota explicativa no 20 – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Avaliação de passivos de seguros;

- Nota explicativa no 25 – Provisão para ações judiciais. A Operadora é parte em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos.

(ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As estimativas e premissas são revisadas de maneiras contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa no 10 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber: reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes;

- Nota explicativa nº 11 - Despesas de comercialização diferidas: identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, consequentemente, sua apropriação ao resultado contábil do exercício;

- Nota explicativa nº 14 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

possamser utilizados.

- Nota explicativa nº 18 - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado: determinação da vida útil estimada dos bens e, consequentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período;

- Nota explicativa nº 19 - Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis e, consequentemente, da taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do exercício: teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

- Nota explicativa no 18 – Direito de uso e passivo de arrendamento: arrendamento a pagar – determinação do prazo de arrendamento e definição da taxa de desconto a ser aplicada aos contratos de arrendamento;

- Nota explicativa nº 20 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. reconhecimento e mensuração de passivos de seguro; e

- Nota explicativa nº 25 - Provisões para ações judiciais. reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos**.**

6. Principais políticas contábeis

A Operadora aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, saldo indicação contrária.

(a) Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Operadora atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Empresa entende que o mesmo deve atender aos requerimentos do CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento, a Empresa adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47/IFRS15 – Contratos com clientes.

(i) Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de contraprestação não ganha – PPCNG", conforme destacado na nota explicativa 20, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

(ii) Receitas de contratos com clientes

a) Prestação de serviços

A Empresa presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Empresa avaliou que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Empresa identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

Contraprestação variável

A Empresa possuiu dois tipos de glosas:

- internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;
- externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e que por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Empresa considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a IFRS 15.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

Sobre o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir e, dependendo do método, a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

- O valor esperado: é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares.

- O valor mais provável: é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação.
- Variável: se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

(iii) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

(b) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Operadora compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos de instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Operadora classifica dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

(c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Empresa seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Operadora espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(d) Imobilizado

Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Grupo do ativo imobilizado	Vida útil	Taxa média anual de depreciação - % a.a.
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%
Veículos	1 a 10 anos	17%
Instalações	5 a 10 anos	14%
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%
Equipamentos de computação	1 a 15 anos	25%

A Operadora revisa o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

(e) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

	Vida útil (anos)
Aquisição da carteira de plano de saúde	2 a 13 anos
Sistema de computadores	20% a.a.
Ágio adquirido por combinação de negócios	Indefinida
Ativos intangíveis	7 anos
Outros ativos intangíveis	Indefinida

Um ativo é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

(f) Despesas de comercialização diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais reconhecidas ao resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos beneficiários na carteira de clientes. Os indicadores de permanência de clientes são apurados a partir da observação do tempo médio ponderado compreendido entre a data de contratação do plano e a data em que se efetiva o cancelamento de tais contratos. Apenas as despesas de comercialização referentes aos contratos ativos permanecem diferidas, ou seja, quando um contrato é cancelado no transcorrer do período de vigência de diferimento, o saldo residual remanescente é integralmente reconhecido como despesa do período em que o cancelamento for realizado.

(g) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Operadora se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao Custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Operadora mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Operadora pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é realizada através da análise de cada investimento, individualmente.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Operadora pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Operadora realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, pois isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Objetiva identificar se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Operadora;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Operadora.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

	reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Operadora desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Operadora transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou ainda na qual a Operadora nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

A Operadora realiza transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Operadora desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Empresa e suas controladas também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Operadora tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(h) Informações por segmento

A Operadora atua no setor de saúde suplementar e direcionam sua estratégia à prestação dos serviços de forma verticalizada, em que o atendimento ao beneficiário é prioritariamente realizado em rede própria de atendimento, e proporciona assistências médica e odontológica, operando em apenas um segmento operacional, cujos resultados operacionais e financeiros são regularmente revistos pelo Conselho de Administração de forma agregada, sobre a qual conduz sua tomada de decisões.

Embora a Operadora tenha em sua estrutura diversos hospitais, clínicas e outras unidades de atendimento, eles funcionam como executores dos serviços demandados pelos clientes dos planos de saúde e odontológicos das operadoras pertencentes a Operadora, dentro do modelo integrado de verticalização, no qual o objetivo final é maximizar a geração de valor consolidado (operadora de planos de saúde/odontológica + unidades de atendimento médico) para seus acionistas.

A Administração determinou que a Diretoria Estatutária é representada pelo *Chief Operating Decision Maker* (CODM). Este recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais e financeiros do negócio e toma as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços de forma centralizada. Toda a receita da Operadora é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas por contrato de clientes. Além disso, todos os ativos circulantes da Operadora estão localizados no Brasil. Os resultados não flutuam com base na sazonalidade.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Para efeitos de demonstrações financeiras individuais e consolidados, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Empresa e de suas Controladas.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

(j) Perda de recuperabilidade sobre créditos

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Operadora de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Operadora espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Empresa e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Operadora estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico, levando em considerações variáveis independentes, como tipo de cobertura, duração do contrato, quantidade de dias em que o título está atrasado e valor em aberto do cliente.

A Operadora adota um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes, segregando as análises em operações para clientes corporativos grandes contratos, corporativos pequenas e médias empresas (coletivos) e planos individuais (pessoa física), levando em consideração o fator de risco inerente em cada uma dessas relações. O modelo parte da avaliação do crédito realizada para cada perfil de cliente. Do resultado apurado, a Operadora analisa e compara com as perdas históricas, a fim de verificar se o montante apurado está razoável.

(k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são utilizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, nos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Operadora concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

(l) Investimentos – controladas

A participação societária que a Empresa possui em suas controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está registrada na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial” na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Empresa. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Empresa.

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

(m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Empresa baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nesses orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Empresa estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa a qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(n) Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Operadora espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Provisão para ações judiciais

A Operadora é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ii) Contratos onerosos

Se a Operadora possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Operadora reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

- no custo de cumprir o contrato; ou
- no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor.

O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

(iii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, essas provisões são representadas pela:

(a) *Provisão de prêmio contraprestação não ganha (PPCNG (Resolução Normativa RN 528/2022))*: é calculada *pro rata* dia, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.

(b) *Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde)*: é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando a restituição das despesas em eventual atendimento de seus beneficiários que já foram efetivamente cobradas, uma estimativa de futuras notificações de cobranças que estão em processo de análise, calculadas conforme decisão judicial obtida pela Empresa para adoção de metodologia própria.

(c) *Provisão para eventos a liquidar*: é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.

(d) *Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (Resolução Normativa RN 393/2015, RN 442/2018 e RN 476/2021)*: é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

(e) *Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS)*: é calculada a partir da estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados. O montante calculado é informado, mensalmente, no sítio institucional da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sendo adotada, pela Empresa, a contabilização de 12/24 avos do montante, tal como permitido pela Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nº 528/22.

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

(f) *Provisão para remissão (Resolução Normativa RN 393/2015)*: é constituída para os beneficiários que ficarem isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.

(o) Direito de uso e Passivo de arrendamento

A Operadora avalia na data de início do contrato se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

A Operadora aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Operadora reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(i) Ativos de direito de uso

A Operadora reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Operadora ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável.

(ii) Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Operadora reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Operadora e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Operadora exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Operadora usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

(iii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Operadora aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

(p) Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários

A Empresa concede a certos executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidos imediatamente no balanço patrimonial, com correspondentes débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorra. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

- a data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços; e
- a data em que a Empresa reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Empresa reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas nas Demonstrações Financeiras individuais do resultado.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Os participantes do plano de benefícios pós-emprego se restringem a certos executivos da Operadora.

(q) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Operadora reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos sócios e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido.

A distribuição de lucros para os sócios da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa ao final do exercício, com base no Contrato Social da Empresa. Qualquer valor é provisionado na data em que são aprovados pelos sócios.

(r) Teste de adequação de passivos (TAP)

O CPC 11/IFRS 4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das Demonstrações Financeiras por meio de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Quando é identificada qualquer insuficiência, a Operadora contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotados pela Operadora e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixa a Operadora utilizou como referência as taxas livres de risco fornecidas por fontes oficiais.

O cálculo do TAP considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas.

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

(s) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela ANS. São elas:

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

(i) IFRS 17 - Contratos de seguro

O IASB emitiu o IFRS 17 (CPC 50), em substituição ao IFRS 4 (CPC 11) – Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O IFRS 17/CPC 50, recepcionado pela CVM, por meio da Resolução CVM 42/2021, é aplicável para exercícios anuais com início em 1° de janeiro de 2023.

A Operadora está avaliando a efetiva aplicabilidade da referida Norma, considerando a sua estratégia de negócios amparada na “verticalização” de suas operações, o que a torna, essencialmente prestadora de serviço de assistência à saúde.

A Operadora vende (a) planos de saúde com cobertura de custos de assistência médica, sendo a maior parte dos atendimentos realizada nas redes clínica, ambulatorial e hospitalar própria; e (b) planos odontológicos com o serviço prestado através de rede credenciada. Nessas operações, as operadoras de saúde da Operadora administram “riscos de saúde”, no qual há a combinação da prestação de serviços de assistência à saúde e um método de precificação da contraprestação a ser recebida a partir de uma mensalidade por taxa mensal fixa e que considera a premissa de se tratar de um contrato de longo prazo e com capacidade de tornar os clientes cativos; dentre outros aspectos relevantes.

Impacto estimado da adoção da IFRS 17

O IFRS 17/CPC 50 busca uniformizar a ampla variedade de práticas contábeis até então aplicadas no mercado segurador, que prejudicava a comparabilidade das informações contábeis das seguradoras em diferentes jurisdições.

A norma, com efeitos partir de 1º de janeiro de 2023, tem como data de transição 1º de janeiro de 2022, e os impactos de transição devem afetar diretamente a rubrica de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

A eventual adoção do IFRS 17/CPC 50 não resultará em impactos regulatórios, uma vez que tais limites são calculados segundo os princípios e normas contábeis geralmente aceitos no Brasil aplicáveis às operadoras de saúde autorizadas a funcionar pela ANS que não aprovou o IFRS 17/CPC 50.

O IFRS 17/CPC 50 exige que todas as seguradoras reflitam os efeitos das mudanças em suas demonstrações financeiras de maneira transparente, fornecendo informações sobre a lucratividade atual e futura dos seus contratos de seguro. Além dessa comparabilidade, a norma instituiu os níveis de agrupamento dos contratos de seguro (nível de saframento, portfólio e grupos) e a aplicação dos modelos contábeis que devem ser definidos de acordo com as características dos contratos de seguros. Esses modelos são divididos em:

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

- **BBA – *Building Block Approach* (Modelo Geral de Mensuração)**: modelo padrão para todos os contratos de seguros.
- **PAA – *Premium Allocation Approach* (Abordagem de Alocação de Prêmio)**: modelo simplificado opcional, indicado para contratos de curta duração (cobertura até um ano) ou quando a cobertura remanescente não seja materialmente diferente do valor calculado no modelo BBA.
- **VFA – *Variable Fee Approach* (Abordagem de Taxa Variável)**: modelo aplicável a contratos de seguros com características de participação direta, compostos substancialmente por contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

No reconhecimento inicial do modelo BBA, deve-se considerar as estimativas de fluxo de caixa futuro, os ajustes do valor do dinheiro no tempo (ajustes a valor presente) e os ajustes dos riscos não financeiros para avaliar se o contrato é superavitário ou deficitário. Com isso, surge o conceito da margem de serviço contratual (CSM – *Contractual Service Margin*), que deverá ser contabilizada no passivo, sendo convertida para receita ao longo da vigência do contrato. Nos casos de contratos onerosos (quando essa margem de serviço contratual é deficitária), esses valores deverão ser contabilizados imediatamente no resultado.

No modelo PAA, baseado em passivo de cobertura remanescente, semelhante à metodologia de prêmios não ganhos, os valores do passivo são reconhecidos em resultado de acordo com o período de vigência dos contratos.

(ii) Alterações ao IAS 1: Apresentação das Demonstrações Financeiras

De acordo com o IAS 1 – *Presentation of financial statements,* para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a altera;áo do IAS 1 *Classification of liabilities as current or non-current*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinada que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dozes meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *convenants*), mesmo que a mensuração contratual do *convenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Rua XV de Novembro, 575 - 4º andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

(iii) *Alteração ao IAS 1 e IFRS Practive Statement 2* – Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a *"IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements"* para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

(iv) *Alterações ao IAS 8 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro*

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

(v) *Alterações ao IAS 12 – Tributos sobre o lucro*

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Operadora.

7. Gerenciamentos de riscos

A Operadora opera com planos de saúde, rede próprias (hospitais e pronto atendimento) e odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e clientes individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a) <u>Risco de crédito</u>

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Operadora está

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com a Resolução Normativa nº 528/2022 da ANS e em acordo com as deliberações do CPC 01 – Redução ao valor recuperável e do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Operadora procura priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicações de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A Operadora procura priorizar seus ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa e aplicações financeiras em instituições que possuam rating mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências Standard & Poor's ou Fitch (entre AAA e BBB-) e obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A Operadora trabalha com instituições financeiras que apresentam a seguinte classificação de *rating*:

	31 de dezembro de		
Emissores	**2022**	**2021**	**Rating Nacional - Longo Prazo**
Banco Bradesco S.A.	-	619.706,00	AAA(bra)
Banco Santander (Brasil) S.A.	250.457.244,99	87.169.785,00	brAAA
Itaú Unibanco S.A.	19.808.576,12	17.956.020,00	AAA(bra)
Banco do Brasil	259.569,89	417.557,00	AA(bra)
	270.525.391,00	**106.163.068,00**	

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 517/2022 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

b) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e pela manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

b.1 Gerenciamento do risco de liquidez

Aplicações financeiras

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 521/22 da ANS, a Operadora mantém aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das Reservas técnicas no montante de R$ 270.525.391,00 (duzentos e setenta milhões e quinhentos e vinte e cinco mil e trezentos e noventa e um reais) em 31 de dezembro de 2022 e R$ 106.163.068,00 (cento e seis milhões, cento e sessenta e três mil e sessenta e oito reais) em 31 de dezembro de 2021.

c) Risco de seguro

O modelo de negócio da Operadora é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que no segmento odontológico o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Operadora também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos a Operadora monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade.

d) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.
A Operadora adota a política de aplicação em títulos pós-fixados para a maior parte das aplicações.

Por meio da Resolução Normativa (RN) 517/22 da ANS e em consonância com a Resolução do CMN nº 4.993 de 02 de maio de 2022, estabelece nas operadoras de saúde a diversificação de suas aplicações para ativos dados em garantia de reservas técnicas e diante desta requisição, a Operadora optou em adicionar em seu portfólio aplicação em títulos públicos pré-fixados.
O portfólio financeiro da Operadora está em sua quase totalidade exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico – Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o restante indexado à taxa SELIC.

A composição das aplicações financeiras está demonstrada na nota explicativa 9.

Rua XV de Novembro, 575 - 4º andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

A Operadora possui captação em empréstimos e financiamentos, ficando expostas a variação da taxa CDI. A composição de empréstimos e financiamentos está sendo apresentada na nota explicativa 24.

A Operadora trabalha com instituições financeiras que apresentam a seguinte classificação de *rating*:

e) Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade a Operadora adotou taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas Informações Financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade delas. Na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas e diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses considerando os saldos em 31 de dezembro de 2022:

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

			Indexador											
														Individual
														31 de Dezembro de 2022
							Redução dos juros				Aumento de juros			
	Indexador	Risco	% - a.a.	R$	Provável	Taxa	-25%	Taxa	-50%	Taxa	+25%	Taxa	+50%	
Caixa e Equivalentes de Caixa														
Fundo de renda fixa abertos	CDI	Baixa CDI	12,37%	2.463.526,00	304.738,00	9,28%	228.615,00	6,19%	152.492,00	15,46%	380.861,00	18,56%	457.230,00	
				2.463.526,00	**304.738,00**		**228.615,00**		**152.492,00**		**380.861,00**		**457.230,00**	
Aplicações Financeiras														
Fundo de renda fixa abertos	CDI	Baixa CDI	12,37%	268.061.865,00	33.159.253,00	9,28%	24.876.141,00	6,19%	16.593.029,00	15,46%	41.442.364,00	18,56%	49.752.282,00	
				268.061.865,00	**33.159.253,00**		**24.876.141,00**		**16.593.029,00**		**41.442.364,00**		**49.752.282,00**	
Obrigações Contratuais														
Obrigações Contratuais	100% do CDI		12,37%	(211.416,00)	(26.152,00)	9,28%	(19.614,00)	6,19%	(13.076,00)	15,46%	(32.690,00)	18,56%	(39.228,00)	
Obrigações Contratuais	IPCA		5,10%	(22.194,00)	(1.132,00)	3,83%	(849,00)	2,55%	(566,00)	6,38%	(1.415,00)	7,65%	(1.698,00)	
				(233.610,00)	**(27.284,00)**		**(20.463,00)**		**(13.642,00)**		**(34.105,00)**		**(40.926,00)**	
				270.525.391,00	**33.436.707,00**		**25.084.293,00**		**16.731.879,00**		**41.789.120,00**		**50.168.586,00**	

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

8. Disponível

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Caixa e bancos	3.854.733,66	2.890.909,11
Aplicações de liquidez imediata[1]	2.463.526,02	9.733.697,09
	6.318.259,68	**12.624.606,20**

[1] As aplicações financeiras de liquidez imediata têm conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, e a Operadora têm o direito de resgate imediato.

9. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

					31 de dezembro de	
				2022		2021
		Vencimentos				
Valor justo por meio do resultado	Níveis	Até 1 ano	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Fundo de renda fixa abertos (iv)	2	268.061.864,98	268.061.864,98	268.061.864,98	96.429.370,94	96.429.370,94
		268.061.864,98	**268.061.864,98**	**268.061.864,98**	**96.429.370,94**	**96.429.370,94**

(i) A Operadora adota como política realizar aplicações em títulos majoritariamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em Certificados de Depósito Bancário – CDBs (Nível 2).

(ii) Os fundos são administrados pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e XP Investimentos (Nível 2).

As aplicações têm remuneração diária vinculadas às taxas CDI e Selic.

As aplicações estão classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. Independentemente do vencimento, a Operadora contabiliza as aplicações financeiras no ativo circulante.

10. Créditos de operações com planos de assistência à saúde e Créditos de operações de assistência à saúde não relacionado com Planos de Saúde da Operadora.

O saldo de contas a receber de clientes se refere as operações relacionados com plano de saúde e de serviços relacionados a assistência à saúde, gerados pelas operações da Operadora.

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	79.418.935,98	71.646.603,07
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(18.049.988,53)	(13.911.644,36)
Corresponsabilidade Assumida	-	-
	61.368.947,45	**57.734.958,71**

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	9.664.099,88	5.687,25
	9.664.099,88	**5.687,25**
Contas a receber de clientes	**71.033.047,33**	**57.740.645,96**

Em decorrência da pandemia COVID-19, conforme divulgado em site da rede de internet pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 08 de outubro de 2020 e pelo comunicado n° 85, a Agência Nacional de Saúde Suplementar efetuou a suspensão do reajuste de plano de saúde, e ao longo do exercício 2021, conforme orientações da ANS, o percentual do reajuste foi mensurado e aplicado na data do aniversário do contrato.

11. Despesas diferidas e despesas de comercialização diferidas

A Operadora a partir do exercício de 2021 iniciou a contabilização da comissão diferida de acordo com a Resolução Normativa (RN) 528/22. Em 31 de dezembro de 2021, as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

		31 de dezembro de
	2022	2021
Saldo inicial do exercício	**13.994.800,66**	**9.136.184,73**
Saldo incorporado	-	214.564,74
Constituições	26.776.715,91	9.140.800,03
(-) Amortização	(8.396.116,75)	(4.496.748,84)
Saldo no final do exercício	**32.375.399,82**	**13.994.800,66**
Ativo circulante	14.748.867,44	5.598.683,91
Ativo não circulante	17.626.532,38	8.396.116,75

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

12. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Imposto de renda	5.630.912,55	-
Contribuição social sobre o lucro	1.713.349,02	3.654,37
Imposto de renda retido na fonte	4.692.956,18	809.320,89
Csll retida na fonte	4.293,60	-
Créditos Pis e Cofins retido na fonte	5.525,20	-
Crédito ISS	14,49	134,79
Créditos tributários e previdenciários	**12.047.051,04**	**813.110,05**

13. Bens e títulos a receber

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Estoques (a)	12.496.716,01	17.530.543,88
Adiantamento a funcionários	532.338,35	583.303,92
Adiantamento a fornecedores	928.102,24	17.922.576,23
Contas a receber c/partes relacionadas	-	-
Outros títulos a receber	1.535.704,71	1.604.946,67
	15.492.861,31	**37.641.370,70**

a) Estoques

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Material cirúrgico	2.994.434,46	-
Medicamentos	9.030.257,20	-
Material de escritório	276.542,65	-
Material de limpeza	122.741,30	-
Material de manutenção	27.323,36	-
Material para SND	22.802,71	-
Uniformes	605,23	-
Outros	22.009,10	17.530.543,88
	12.496.716,01	**17.530.543,88**

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

14. Ativo fiscal diferido e provisão para tributos diferidos

Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	Reconhecido na demonstração do resultado	Incorporação
Provisões para ações judiciais (Contingência cíveis, fiscais e trabalhistas)	*13.734.830,82*	*22.316.853,34*	*8.214.065,06*	*367.957,46*
Provisão para perdas sobre crédito (PPSC)	*4.729.959,08*	*7.497.215,75*	*2.612.361,91*	*154.894,76*
Provisão de eventos do SUS	*19.188.716,74*	*23.549.841,37*	*4.361.124,62*	-
Provisão infrações ANS	*2.008.868,65*	*390.687,21*	*296.140,01*	*(1.914.321,45)*
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial arrendamentos CPC 6 (R2) / IFRS16, líquido	-	*631.695,07*	*92.353,65*	*539.341,43*
Outras adições	*1.606.901,58*	*1.957.617,25*	*249.935,91*	*100.779,76*
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	-	*35.029.825,49*	*32.312.130,58*	*2.717.694,91*
Ativo fiscal diferido	***41.269.276,88***	***91.373.735,48***	***48.138.111,74***	***1.966.346,86***
Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:				
Correção monetária de depósito judiciais	*(712.314,97)*	*(1.813.845,80)*	*(1.038.826,95)*	*(62.703,88)*
Passivo fiscal diferido sobre amortização de ágio para fins fiscais	-	*(50.836.306,17)*	*(50.836.306,17)*	-
Passivo Diferido - Conting indenizatório	*(5.410,71)*	-	*5.410,71*	-
Provisão para tributos diferidos	***(717.725,68)***	***(52.650.151,97)***	***(51.869.722,41)***	***(62.703,88)***
Total do imposto diferido líquido (ativo e passivo)	***40.551.551,20***	***38.723.583,51***	***(3.731.610,67)***	***1.903.642,98***

(*) Crédito fiscal referente a incorporação das empresas.

Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que essas sejam liquidadas ou realizadas em um prazo não superior a 10 anos. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração. Com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, a expectativa da Administração para a realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

Exercício	Valor de realização
2022	9.137.373,55
2023	9.137.373,55
2024	9.137.373,55
2025	9.137.373,55
2026	9.137.373,55
2027	9.137.373,55
2028	9.137.373,55
2029	9.137.373,55
2030	9.137.373,55
2031	9.137.373,55
	91.373.735,48

A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do período é demonstrada como segue:

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro antes dos impostos	**(34.831.167,13)**	**60.675.029,94**
À alíquota fiscal de 34%	**11.842.596,82**	**(20.629.510,00)**
Equivalência patrimonial	(7.327.810,66)	(3.955.023,81)
Depreciações e amortizações	654.121,76	907.379,13
Despesas indedutíveis	(6.182.823,69)	(1.827.684,48)
Outras exclusões (adições) permanentes	(2.717.694,91)	7.796.944,33
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	**(3.731.610,67)**	**(17.707.894,83)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	-	(25.855.458,15)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferidos	(3.731.610,65)	8.147.563,14
À alíquota efetiva	**-11%**	**29%**

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

15. Depósitos judiciais e fiscais

Destacamos a seguir a origem para a Operadora efetuar os depósitos judiciais:

	31 de dezembro de 2021	Incorporação	Adições/Baixas Depósitos	Atualização	31 de dezembro de 2022
Fiscais	29.746.927,51	-	16.148.652,42	2.825.244,58	48.720.824,51
Trabalhista	277.185,56	-	3.673.956,14	386.348,94	4.337.490,64
Regulatórios / Cíveis	1.715.028,94	22.392,18	61.199,57	-66.452,00	1.732.168,69
Depósitos judiciais – SUS	47.369.985,45	-	9.271.704,63	-	56.641.690,08
	79.109.127,46	**22.392,18**	**29.155.512,76**	**3.145.141,52**	**111.432.173,92**

Fiscais – conforme apresentado na nota explicativa 25, a Operadora possui discussões processuais e aguarda decisão judicial e administrativa. A Operadora conforme orientação de seus advogados, efetuaram depósitos judiciais e aguarda a conclusão da lide;

Trabalhistas – depósitos efetuados pela Operadora para fazer frente a questionamentos de contingências, conforme apresentado na nota explicativa 25, com natureza reclamatória trabalhista, danos morais, ações coletivas e cível pública.

Regulatórios/Cíveis – corresponde a depósitos judiciais e tem como natureza a cobrança indenizatória, obrigação de fazer, revisional, inexigibilidade de débito e execução declaratória. O registro das contingências regulatórias/cíveis apresentadas na nota explicativa 25 está relacionado a estes depósitos.

Depósitos judiciais – SUS – A Operadora questiona judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS a título de "Ressarcimento ao SUS", que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98 e alterações. A Operadora não atribuiu prognóstico de risco por se tratar de garantia da efetivação da tutela jurisdicional.

16. Outros créditos a receber de longo prazo

Conforme instrumento particular de compra de venda de ações e outras avenças ficaram definidos que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato seriam de responsabilidade dos antigos quotistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar conforme quadro abaixo:

	31 de dezembro de	
	2022	**2021**
Contas a receber c/partes relacionadas	13.335.028,70	13.146.563,68
Contas a receber vendedor	46.067.976,68	13.021.114,09
Outras Contas a Receber	-	65.019,76
	59.403.005,38	**26.232.697,53**

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

17. Investimentos

a) A movimentação do investimento na Operadora ocorreu da seguinte forma:

Controlada / Descrição Conta	Saldo em 31/12/2021	Aumento de Capital	AFAC	Outras Adições	Dividendos recebidos	Resultado acumulado	Ajustes de BP - GNDI	Perdas/Ganhos na Part.	Amort. MV	Alocação de PPA	31/12/2022	Investimentos	Passivo a Descoberto
Participações societárias - em OPS	**(34.708,75)**	-	-	-	-	-							
Participações societárias - Assistencial													
Gralha azul	68.600.153,57	-	-	-	(2.200.000,00)	5.821.147,11	-	7.907.381,04	-	-	80.128.681,72	80.128.681,72	-
Hospital do Coração Camburiu	38.656.854,69	3.800.000,00	-	500.000,00	-	(9.218.398,90)	-	(35.503,42)	-	-	33.702.952,37	33.702.952,37	-
Hospital e Maternidade Santa Brigida	22.202.676,24	3.500.000,00	2.800.000,00	-	-	(6.338.066,21)	-	177.869,91	-	-	22.342.479,94	22.342.479,94	-
Hospital do Coração Londrina	(45.972.373,90)	29.700.000,00	2.500.000,00	-	-	(9.893.178,75)	3.306.699,65	-	-	-	(20.358.853,00)	-	20.358.853,00
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equity	**83.487.310,60**	**37.000.000,00**	**5.300.000,00**	**500.000,00**	**(2.200.000,00)**	**(19.628.496,76)**	**3.306.699,65**	**8.049.747,53**	**-**	**-**	**115.815.261,02**	**136.174.114,02**	**20.358.853,00**
Goodwill	**253.890.224,86**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.116.126,47**	**258.006.351,33**	**-**	**-**
Mais (-) Menos Valia	**20.846.764,28**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.867.547,82)**	**-**	**17.979.216,46**	**-**	**-**
Outros Investimentos	**233.588,01**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**233.588,01**	**-**	**-**
	358.189.590,99	**37.000.000,00**	**5.300.000,00**	**500.000,00**	**(2.200.000,00)**	**(19.628.496,76)**	**3.306.699,65**	**8.049.747,53**	**(2.867.547,82)**	**4.116.126,47**	**391.800.828,81**	**136.174.114,02**	**20.358.853,00**

b) O sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das empresas controladas estão a seguir:

				31 de dezembro de2022		
Controladas	**Partic. Societária**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio Líquido**	**Resultado do exercício**	**Resultado Clinipam**
Rede Assistencial						
Hospital do Coração Camboriú Ltda	98,99%	50.768.920,72	16.722.365,95	34.046.554,77	(9.312.891,45)	(9.218.831,25)
Hospital e Maternidade Santa Brigida	99,87%	42.667.517,02	20.295.685,88	22.371.831,14	(6.358.544,14)	(6.350.278,03)
Hospital do Coração de Londrina	100,00%	129.232.156,80	149.591.009,80	(20.358.853,00)	(12.433.972,50)	(12.433.972,50)
Outras Sociedades						
Gralha Azul Participações Ltda.	100,00%	81.881.087,88	1.752.406,16	80.128.681,72	6.038.475,35	6.038.475,35

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

18. Imobilizado

	Vida útil	Taxa anual de depreciação - %a.a.	31 de dezembro de 2021	Incorporação	Aquisições	Baixa	Baixa Inventário	Transferência	Depreciações	31 de dezembro de 2022
Terrenos e imóveis	25 a 60 anos	2%	**1.899.979,69**	59.176.601,41	-	(4.525.160,88)	(1.637.524,00)	(2.342.061,25)	3.289.906,60	55.861.741,55
Veículos	1 a 10 anos	10%	**37.221,79**	20.358,44	-	(33.774,93)	-	(5.065,11)	(13.100,08)	5.640,11
Instalações	5 a 10 anos	10%	**3.918.514,72**	109.229,01	1.161.077,95	-	(56,05)	177.132,45	(1.079.579,22)	4.286.318,86
Máquinas e equipamentos	3 a 28 anos	4%	**10.794.001,89**	9.613.824,42	3.344.779,42	-	(3.425.247,71)	2.618.703,64	(1.599.300,75)	21.346.760,91
Móveis e utensílios	1 a 10 anos	10%	**3.100.083,64**	1.177.494,72	929.545,83	(1.425,00)	(321.945,49)	(271.647,27)	(79.061,40)	4.533.045,03
Equipamentos de computação	5 a 15 anos	7%	**3.121.816,31**	754.045,52	4.952.267,98	-	(830.446,60)	(0,01)	(1.755.929,34)	6.241.753,86
Imobilizações em curso	-	-	**2.053.050,48**	6.106.618,72	1.042.337,81	-	-	-	-	9.202.007,01
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 a 60 anos	1,67%	**10.255.848,51**	456.488,61	115.500,00	-	-	(177.062,45)	(141.996,59)	10.508.778,08
			35.180.516,99	**77.414.660,85**	**11.545.508,99**	**(4.560.360,81)**	**(6.215.219,85)**	**0,00**	**(1.379.060,78)**	**111.986.045,41**

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre a deterioração de ativos ("*impairment*"). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do grupo.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

19. Intangível

		31 de dezembro de 2021	Ajuste adquiridas	Aquisições	Incorporação	Baixas	Amortização	31 de dezembro de 2022
Aquisição carteira plano saúde	Vida útil (a)	22.095.910,82	-	-	91.826.305,79	-	(17.724.004,61)	96.198.212,00
Sistema de computadores	20% a.a.	3.801.591,77	-	3.841.663,00	92.897,86	-	(906.519,05)	6.829.633,60
Ágio adquirido de combinação de negócios	Indefinida (b)	113.136.436,30	-	13.003.736,78	2.313.674.851,24	-	-	2.439.815.024,32
		139.033.938,89	**-**	**16.845.399,78**	**2.405.594.054,89**	**-**	**(18.630.523,66)**	**2.542.842.869,92**

Os ativos intangíveis estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o se valor de recuperação ("*impairment*"). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia indicadores de *impairment* sobre o intangível.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo intangível das demais empresas do grupo.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

20. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	Referência	31 de dezembro de 2022	2021
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS	a.	64.681.366,25	56.692.764,10
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		60.472.270,37	58.807.067,79
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	b.	49.519.568,09	39.144.913,68
Provisão de prêmio / contraprestação não ganha (PPCNG)	c.	21.297.931,14	19.727.531,42
Provisão para remissão	d.	184.465,11	95.740,98
		194.155.600,964	**174.468.017,97**
Circulante		139.608.201,88	127.086.042,56
Não circulante		56.547.399,08	47.381.975,41

a) Provisão de eventos / sinistro a liquidar para o SUS

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê, em seu art. 32, o ressarcimento ao SUS pelos serviços de atendimento à saúde prestados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde aos beneficiários de planos de saúde privados. A Operadora contesta as cobranças na esfera administrativa e judicial em razão de inúmeras irregularidades que impossibilitam a sua efetividade, dentre elas a falta de regulamentação sobre temas infraconstitucionais. Para tais demandas judiciais, a Operadora efetua depósitos judiciais para garantir o suposto débito, conforme descrito na nota explicativa 15.

b) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Classificado no passivo circulante, é apurado por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados a Operadora.

c) Provisão de prêmios e contraprestações não ganhas (PPCNG)

Classificadas no passivo circulante, consiste em receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

d) Provisão para remissão

Classificada no passivo circulante e não circulante, consiste em provisões para fazer face à isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

21. Tributos e encargos sociais a recolher

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Imposto sobre serviços (ISS)	1.714.792,72	1.669.059,61
Contribuição previdenciária	2.065.011,08	1.699.087,37
FGTS	693.974,87	546.721,67
PIS e COFINS	178.038,64	1.065.592,76
Contribuições sindicais e assistenciais	21.878,47	14.096,60
Impostos devidos a recolher	**4.673.695,78**	**4.994.558,01**
Imposto de renda - funcionários	885.659,43	535.543,96
Imposto de renda - terceiros	654.319,74	538.107,59
Imposto sobre serviços	98.801,61	75.900,28
Contribuição previdenciária retida	78.080,69	107.733,60
Retenção PIS/COFINS/CSLL	1.899.106,87	1.195.353,47
Impostos retidos a recolher	**3.615.968,34**	**2.452.638,90**
Parcelamento impostos, multas e taxas	1.178.129,64	341.880,96
Circulante	**9.467.793,76**	**7.789.077,87**
Parcelamento impostos, multas e taxas	2.518.306,56	878.292,31
Não Circulante	**2.518.306,56**	**878.292,31**
	11.986.100,32	**8.667.370,18**

22. Débitos diversos

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Obrigações trabalhistas	12.442.139,29	9.867.818,77
Fornecedores	13.300.733,57	12.504.429,92
Recebimento antecipado cliente	1.043.175,82	501.591,29
Débitos diversos	20.758.076,21	28.066.141,29
Obrigações contratuais (Nota 23)	11.996.995,49	11.328.555,39
Adiantamento parceria banco	150.000,03	200.000,04
Total circulante	**59.691.120,41**	**62.468.536,70**
Obrigações contratuais (Nota 23)	221.613.907,51	60.151.680,26
Provisões para plano de benefícios com empregados	593.539,74	477.860,53
Contas a pagar - partes relacionadas	13.220.969,22	13.136.621,89
Adiantamento parceria banco	-	150.000,03
Outros	9.099.155,42	94.497,78
Total não circulante	**244.527.571,89**	**74.010.660,49**
	304.218.692,30	**136.479.197,19**

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

23. Obrigações contratuais

Refere-se a obrigações contratuais nas aquisições de empresas, e transações com partes relacionadas, como demonstrado abaixo:

			31 de dezembro de	
	Indexador	Vencimento	2021	2022
Hospital Camboriú	100% do CDI	abr-26	12.727.538,98	16.152.994,68
Hospital Santa Brigida	100% do CDI	out-26	10.707.934,89	13.746.272,02
Lifeday	IPCA	out-26	19.701.880,85	22.194.441,65
Hospital de Londrina	100% do CDI	abr-27	28.342.880,93	32.556.365,84
Grupo Clinipam	100% do CDI	fev-26	-	148.960.828,81
			71.480.235,65	**233.610.903,00**

24. Empréstimos e financiamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2022, os principais contratos de empréstimos e financiamentos eram compostos como segue:

						31 de dezembro de	
						2022	2021
Linha de crédito	Instituição financeira	Indexador	Vencimento	Amortização	Juros a.a (%)	Valor	Valor
Leasing	Santander	CDI	15/03/2019 a 15/02/2022	Mensal	11,46%	-	7.866,00
Leasing	Santander	CDI	26/03/2019 a 26/02/2022	Mensal	11,46%	-	113.685,17
						-	**121.551,17**

A operadora durante o exercício de 2022 realizou a quitação total dos empréstimos e financiamentos de acordo com sua política de interna.

25. Provisões para ações judiciais e fiscais

Durante o curso normal de seus negócios, a Operadora fica exposta a certas contingências e certos riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, regulatórios/cíveis e tributários com base na opinião dos consultores jurídicos da Operadora.

Para as contingências consideradas provável, e, também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lide enseja obrigação originada em lei, são apresentados como segue:

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

	31 de dezembro de 2021	Saldo incorporado	Principal / (reversão)	Atualização	31 de dezembro de 2022
Fiscais	36.336.707,38	1.906.539,58	15.520.775,00	4.635.877,16	58.399.899,12
Trabalhista	1.356.453,72	6.764.308,55	1.947.393,31	659.004,88	10.727.160,46
Regulatórios / Cíveis	11.115.065,09	2.594.867,04	3.319.293,03	934.116,93	17.963.342,09
	48.808.226,19	**11.265.715,17**	**20.787.461,34**	**6.228.998,97**	**87.090.401,67**

Em 31 de dezembro de 2022, a Operadora apresentou outras ações de naturezas regulatórias/cíveis, trabalhistas e tributárias no montante total reclamado de R$ 147.855.790,86 (cento e quarenta e sete milhões e oitocentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e noventa reais e oitenta e seis centavos), e R$ 89.174.096,87 (oitenta e nove milhões cento e setenta e quatro mil e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos) em 31 de dezembro de 2021, que, de acordo com consultores jurídicos, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

.	31 de dezembro de	
	2022	2021
Trabalhistas	12.976.647,50	3.445.400,48
Cíveis	82.880.730,19	66.477.085,22
Tributárias	51.998.413,17	19.251.611,17
	147.855.790,86	**89.174.096,87**

As principais causas de natureza cível e trabalhista classificadas como possíveis, são apresentadas a seguir:

Trabalhistas e Regulatórios/Cíveis

Em linhas gerais a natureza desses processos são os mesmos detalhados acima. A Operadora mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R$ 3.501.856.389,15 (três bilhões e quinhentos e um milhões e oitocentos e cinquenta e seis mil e trezentos e oitenta e nove reais e quinze centavos) e R$ 393.225.167,00 (trezentos e noventa e três milhões e duzentos e vinte e cinco mil e cento e sessenta e sete reais) em 31 de dezembro de 2021, totalmente subscrito e integralizado.

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 29 de dezembro de 2022 a controladora BCBF aportou o valor de R$ 16.300.000,00 (dezesseis milhões e trezentos mil reais), para adiantamento para futuro aumento de capital.

c) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2022 a reserva de lucros foi totalmente absorvida pelo resultado negativo da entidade.

d) Destinação do lucro

Em decorrência do resultado negativo da entidade não houve destinação do lucro.

e) Lucros/Prejuízos acumulados

De acordo com os atos societários realizados em 02 de maio de 2022, com a aprovação da incorporação reversa da sociedade Hospital Intermédica de Jacarepaguá Ltda à sociedade Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda, a sociedade incorporadora refletiu em seu patrimônio toda a variação patrimonial, escriturando os saldos de investimento da incorporada no patrimônio da incorporadora.

f) Margem de solvência

Para operar no mercado de planos de saúde regulado pela ANS, a Operadora deve manter o patrimônio líquido ajustado para fins econômicos, conforme estabelecido pela RN 526/2022. O patrimônio líquido ajustado representa o valor mínimo de patrimônio líquido menos ativos intangíveis não circulantes, créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, despesas de vendas diferidas e despesas antecipadas. Mensalmente, a Operadora determina o patrimônio líquido ajustado e avalia a suficiência da margem de solvência, de acordo com a regulamentação da ANS.

A margem de solvência é a regra de capital que define um montante variável a ser observado em função do volume de contraprestações e eventos indenizáveis aferidos pela operadora.

A Operadora atingiu suficiência desse requisito em todos os períodos apresentados, conforme apresentada na tabela comparativa a seguir:

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Patrimônio líquido	**3.061.505.497,42**	**522.976.495,17**
Deduções:	**2.575.235.282,54**	**153.000.662,90**
(-) Despesa de comercialização diferida	32.375.399,82	13.994.800,66
(-) Participações em entidades reguladas	-	(34.708,75)
(-) Ativo não circulante intangível	2.542.842.869,90	139.033.938,87
(-) Despesas antecipadas	17.012,82	6.632,12
Patrimônio mínimo ajustado	**486.270.214,88**	**369.975.832,27**
a) 0,20 média dos prêmios retidos dos últimos 12 meses	211.320.896,02	188.122.223,00
b) 0,33 média dos sinistros retidos dos últimos 36 meses	118.307.534,58	103.853.193,02
Margem de solvência 75% (maior valor entre (a) e (b))	**158.490.672,02**	**141.091.667,25**
Suficiência de capital	**327.779.542,86**	**228.884.165,02**

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

27. Contraprestações líquidas

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	1.017.701.890,39	1.007.685.358,31
Contraprestações emitidas de assistência odontológica	-	-
Contraprestações canceladas	-	19.048,07
Contraprestações de assistência à saúde – assumidas	52.068.066,33	4.228.858,36
	1.069.769.956,72	**1.011.933.264,74**

28. Eventos indenizáveis líquidos

a) Eventos Indenizáveis

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Eventos conhecidos ou avisados	(868.647.970,25)	(822.443.562,79)
Avisos recebidos do SUS	(9.086.986,07)	82.137,86
Depreciações e amortizações	-	(142.637,21)
(-) Recuperação de eventos indenizáveis	90.466.621,17	76.391.112,57
Corresponsabilidade assumida	-	-
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(10.374.654,41)	(5.148.821,73)
	(797.642.989,56)	**(751.426.047,43)**

b) Corresponsabilidades

A Agência Nacional de Saúde (ANS), publicou a RN 517/22 em 01de julho de 2022, que dispõe sobre a divulgação do reconhecimento dos valores em Corresponsabilidade transferida e assumida nos exercícios findos em 2022 e 2021.

EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MÉDICO HOSPITALAR (grupo 411X1)	Carteira Própria (beneficiários da operadora)		Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2022	2021	2022	2021
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido	**739.964.682,60**	**743.988.607,88**	**846.250,51**	**1.136.507,16**
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei	6.412.115,21	5.384.718,37	-	-
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	314.603.535,63	300.234.992,39	-	-
1.3 - Planos Coletivos por adesão antes da Lei	2.319.238,40	2.298.347,13	-	-
1.4 - Planos Coletivos por adesão depois da Lei	29.659.826,33	26.886.176,43	-	-
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	1.495.892,47	2.186.251,07	-	-
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	385.474.074,56	406.998.122,49	846.250,51	1.136.507,16
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	**35.701.388,69**	-	**1.669.027,28**	-
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	35.701.388,69	-	1.669.027,28	-
Total	**775.666.071,29**	**743.988.607,88**	**2.515.277,79**	**1.136.507,16**

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

c) Abertura dos eventos

Abertura de eventos indenizáveis de acordo com a natureza dos planos: (Preenchido com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações).

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL/FAMILIAR		COLETIVO EMPRESARIAL		COLETIVO POR ADESÃO		TOTAL	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Contraprestações líquidas	454.756.694,69	486.465.079,44	573.449.458,74	488.695.123,90	41.563.803,29	36.773.061,40	**1.069.769.956,72**	**1.011.933.264,74**
RECEITA LÍQUIDA	**454.756.694,69**	**486.465.079,44**	**573.449.458,74**	**488.695.123,90**	**41.563.803,29**	**36.773.061,40**	**1.069.769.956,72**	**1.011.933.264,74**
Eventos indenizáveis (*)	**(320.152.268,52)**	**(305.610.025,21)**	**(385.325.486,50)**	**(411.366.700,35)**	**(31.979.064,73)**	**(29.300.500,14)**	**(737.456.819,75)**	**(746.277.225,70)**
Consultas médicas	(43.606.366,66)	(43.033.159,50)	(61.391.094,81)	(67.017.450,70)	(3.706.949,55)	(2.897.321,55)	**(108.704.411,02)**	**(112.947.931,75)**
Outros atendimentos ambulatoriais	(39.628.227,89)	(45.441.328,21)	(26.687.220,02)	(29.913.716,49)	(2.219.571,69)	(1.458.592,90)	**(68.535.019,60)**	**(76.813.637,60)**
Exames	(44.959.373,35)	(39.312.284,32)	(72.766.716,73)	(64.124.165,35)	(6.050.633,90)	(4.210.361,59)	**(123.776.723,98)**	**(107.646.811,26)**
Terapias	(24.567.144,75)	(27.130.776,32)	(31.969.955,28)	(32.047.251,63)	(3.952.069,26)	(4.153.377,74)	**(60.489.169,29)**	**(63.331.405,68)**
Internações	(161.089.615,06)	(143.777.348,70)	(183.334.505,79)	(207.956.538,94)	(15.158.368,52)	(16.041.178,13)	**(359.582.489,37)**	**(367.775.065,77)**
Demais despesas médico-hospitalares	(6.301.540,81)	(6.915.128,17)	(9.175.993,87)	(10.307.577,24)	(891.471,81)	(539.668,23)	**(16.369.006,49)**	**(17.762.373,64)**
LUCRO BRUTO	**134.604.426,17**	**180.855.054,23**	**188.123.972,24**	**77.328.423,55**	**9.584.738,56**	**7.472.561,26**	**332.313.136,97**	**265.656.039,04**
Despesas de comercialização	(3.518.523,94)	(12.065.558,90)	(14.384.528,45)	(16.240.858,42)	(3.657.039,38)	(1.156.790,95)	**(21.560.091,77)**	**(29.463.208,26)**
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	**131.085.902,23**	**168.789.495,33**	**173.739.443,79**	**61.087.565,13**	**5.927.699,18**	**6.315.770,31**	**310.753.045,20**	**236.192.830,78**

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

29. Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Outras despesas de operações de assistência médico-hospitalar	(25.064.078,20)	(14.950.343,34)
Despesas com Aquisição de Carteiras	(77.955.119,53)	(3.878.597,29)
	(103.019.197,73)	**(18.828.940,63)**

30. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Outros custos de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora Glosa	(61.541.264,62)	(41.471.665,35)
Despesa com pessoal	(3.624.355,15)	(5.032.638,58)
	(65.165.619,77)	**(46.504.303,93)**

31. Despesas de comercialização

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(11.868.320,92)	(4.496.748,84)
Comissões	(9.691.770,85)	(24.966.459,42)
	(21.560.091,77)	**(29.463.208,26)**

32. Despesas administrativas

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Pessoal	(43.754.686,02)	(37.856.091,43)
Serviços de terceiros	(19.751.682,87)	(22.831.623,48)
Localização e funcionamento	(15.611.347,05)	(11.892.763,43)
Tributos	(213.522,14)	(98.608,64)
Publicidade e propaganda	(3.517.519,19)	(160.068,55)
Provisão (reversão) para contingências	(5.107.077,41)	(417.361,13)
Contingências Indenizatória [1]	-	-
Depreciação e amortização	(985.350,86)	(5.811.971,03)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(2.501.691,38)	(247.109,56)
Outras	(949.508,39)	(2.017.294,05)
	(92.392.385,31)	**(81.332.891,30)**

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

33. Resultado financeiro líquido

	31 de dezembro de	
	2022	**2021**
Receitas com aplicações financeiras [1]	27.500.752,09	5.698.124,60
Juros recebidos	5.068.431,11	4.583.939,97
Variação monetária ativa	4.161.837,58	1.630.544,82
Descontos obtidos	556.190,84	775.602,05
Outras receitas	760,41	79.936,02
	37.287.972,03	**12.768.147,46**
Variação monetária passiva	(26.359.774,22)	(7.546.523,20)
Multas e juros	(216.061,55)	(499.905,96)
Tarifas bancárias	(3.355.922,28)	(3.532.076,67)
Descontos concedidos	(5.403.568,14)	(7.446.012,60)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(533.355,46)	(176.582,92)
Ajuste a valor presente	1.014.767,09	(805.250,91)
Outras despesas	(438.904,74)	-
	(35.292.819,30)	**(20.006.352,26)**
Resultado financeiro líquido	**1.995.152,73**	**(7.238.204,80)**

Rua XV de Novembro, 575 - 4° andar CEP 80020-310 - Curitiba - PR
www.clinipam.com.br

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

34. Partes relacionadas

Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações que a Operadora tem com partes relacionadas de empresas do grupo Notre Dame Intermédica é como segue:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Hospital do Coração Balneário Camboriú Ltda.	12.440,81	1.640,70	1.401.166,79	1.161.642,55	134.150,83	498.405,17	13.083.227,16	13.677.165,79
Hospital e Maternidade Santa Brígida S.A.	17.640,14	16.615,87	1.689.087,83	1.751.526,05	173.277,47	696.944,31	18.353.959,85	18.064.786,96
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	2.184.210,86	25.233,81	5.742.763,71	4.199.936,41	71.338.815,57	19.265.840,07	69.255.527,27	31.682.597,07
São Lucas Saúde S.A.	-	-	-	-	-	383,01	2.141,28	383,46
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	-	-	-	-	53.999,25	42.666,46	162.650,08	22.064,66
Hospital Notre Dame Intermédica BH Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	1.789,45
Clínica São Lucas	-	-	-	-	-	-	3.573,79	-
Hospital Coração de Londrina Ltda.	42.905,25	23.508,61	2.357.270,17	267.974,63	421.642,17	92.016,66	13.161.654,00	2.503.029,85
Hospital e Maternidade Maringá S.A.	-	-	-	2.739,70	-	-	337.933,47	19.200,71
Hospital São Bernardo S.A.	-	-	-	416,78	-	-	-	575,78
Gralha Azul Administração e Participação Ltda.	-	-	2.142.413,52	-	-	1.472.275,68	8.767.654,08	8.854.163,04
Lifecenter Sistema de Saúde S/A.	-	-	176,50	-	-	-	176,50	-
SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar	-	-	-	-	-	-	24.890,00	-
Centro Clínico Gaúcho Ltda.	-	-	-	-	9.798.753,26	-	12.086.396,06	-
Venda serviços relacionados e não relacionados com planos de assistência a saúde (i)	**2.257.197,06**	**66.998,99**	**13.332.878,52**	**7.384.236,12**	**81.920.638,55**	**22.068.531,36**	**135.239.783,54**	**74.825.756,77**

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

35. Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais

Em conformidade com o CPC 03 (R2) Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, segue a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro do exercício	**(38.562.777,78)**	**42.967.134,96**
Depreciações e amortizações	(2.285.579,83)	5.811.971,03
Receitas com aplicações financeiras	(27.500.752,09)	(5.698.124,60)
Ganho e perda na alienação de bens	4.391.598,06	380.164,85
Resultado de equivalência patrimonial	21.552.384,29	8.963.660,81
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	4.436.954,54	5.097.412,81
Amortização despesas de comercializações diferidas	21.560.091,77	29.463.208,26
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	3.731.610,65	17.707.894,98
Equivalência patrimonial	136.174.114,03	122.709.309,31
Variação provisões técnicas	(88.724,13)	31.179.443,58
Provisões para ações judiciais	38.282.175,48	18.976.151,39
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	176.582,92
Redução dos ativos	(102.537.378,43)	346.990.648,63
Aumento dos passivos	(9.542.118,45)	54.733.625,34
Caixa gerado nas atividades operacionais	**49.611.598,11**	**68.033.426,02**

36. Eventos subsequentes

(i) Ofício circular nº 01/2023/CVM/SNC/SEP

No dia 08.02.2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o STF se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do STF determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A Entidade analisou toda base de processos e não há nenhuma demanda que se enquadre na referida decisão do Supremo Tribunal Federal.

***

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

DocuSigned by:
Gilson Ramos
E3FD8988A70245A...

Gilson da Silva Ramos
Diretor

DocuSigned by:
98FEBF722C9B422...

Mônica Maria Rodrigues Charneski
Contadora CRC PR 050463/O-6

DocuSign Envelope ID: BDC9D9FB-2CC3-41C0-9E24-76FF04552C3E

Relatório da Administração

A Administração da Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensagem da Administração

A Clinipam, atualmente denominada com a marca GNDI Sul faz parte do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica, e oferecemos planos de assistência à saúde, provendo serviços de qualidade com custo-benefício atrativo.

Acreditamos que nosso modelo diferenciado de atendimento na saúde, caracterizado por uma estrutura verticalmente integrada, representada por nossa Rede Própria de hospitais, prontos-socorros e clínicas, permitiu que nos destacássemos entre as principais operadoras de planos de assistência à saúde na região Sul do Brasil.

Apesar das inúmeras adversidades, o Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica continuou na busca de fortalecer ainda mais os pilares do seu modelo de negócio por meio da consolidação da sua presença nos seus mercados-alvos, com o lançamento da marca GNDI Sul; da continuidade do seu crescimento (M&A e orgânico), e constante aprimoramento da qualidade dos serviços médico-hospitalares, prestados principalmente por meio da nossa Rede Própria, cujos incessantes investimentos buscam a melhoria contínua no atendimento aos nossos beneficiários.

Em 02 de maio de 2022 foi realizado a incorporação reversa do Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.

Desempenho econômico-financeiro

A Receita Operacional Líquida cresceu 2,5% no período, passando de R$ 1.011 bilhões em 2021 para R$ 1.069 bilhões em 2022, tendo sido observado crescimento em cada uma das nossas principais linhas de receita: planos de saúde, e venda de serviços médicos hospitalares para outros planos de saúde.

As despesas administrativas, comerciais, créditos de liquidação duvidosa (PDD) e outras despesas totalizaram R$ 118 milhões, resultando em 11% da receita líquida em 31 de dezembro de 2022 e permanecendo no mesmo percentual para em dezembro de 2021, fruto de uma busca constante por melhorias de produtividade.

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: BDC9D9FB-2CC3-41C0-9E24-76FF04552C3E

A companhia apresentou resultado negativo líquido de R$ 38 milhões.

Política de destinação dos resultados do exercício

Em conformidade com a legislação societária, não houve destinação de resultado pelo prejuízo apresentado no exercício.

Gestão de Pessoas

Em 2022, a área de Recursos Humanos fortaleceu ainda mais a cultura organizacional da Operadora, reforçando o espírito empreendedor com uma abordagem profissional e única. A Operadora acredita que uma equipe comprometida com o cliente e experiente no setor de assistência à saúde constitui vantagem competitiva decisiva no complexo mercado de atuação. Além disso, ao longo de 2022, a Operadora continuou a fortalecer dois pilares estratégicos: acolhimento e qualidade. O Operadora acredita que acolhimento é comportamento chave para uma organização focada no cliente. Diversas atividades foram desenvolvidas para reforçar o engajamento dos colaboradores no acolhimento ao beneficiário.

O número de colaboradores da Operadora em dezembro de 2022 é de 1.580.

Endividamento

Em 2022 a companhia quitou todos os seus financiamentos de acordo com sua política interna. E terminou o ano com o montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulante era de R$ 6.318.259,68.

Declaração sobre capacidade financeira

A Operadora dispõe e tem capacidade financeira suficiente para cumprir as obrigações, junto a ANS e seus fornecedores.

Relacionamento com Auditor Independente

Ao longo do exercício de 2022, a Operadora utilizou os serviços de auditoria independente da Grunitzky Auditores Independentes S.S. para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais da Operadora. A administração da Operadora informa que tem como política não contratar o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A administração e seu auditor independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: BDC9D9FB-2CC3-41C0-9E24-76FF04552C3E

Considerações finais

A Operadora e o Grupo Hapvida Notredame Intermédica do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre.

A Administração da Companhia reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2022 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais stakeholders e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

Curitiba – PR, 17 de fevereiro de 2023.

A Administração.

DocuSigned by:
GilsonRamos
E3FD8988A70245A...

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Sócios da
CLINIPAM - CLÍNICA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CLINIPAM - CLÍNICA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **CLINIPAM - CLÍNICA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

DS DS DS

DocuSign Envelope ID: 657AC563-73E2-4521-9074-2995E6F74511

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 17 de fevereiro de 2023.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC PR-004.552/O-5
CVM 7862

MOACIR JOSÉ GRUNITZKY
CRC PR-025.759/O-1
CNAI 514